

**JOSEMAR CÂNDIDO DUARTE**

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**CAMPINA GRANDE**

**JUNHO, 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA**  
**NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO**  
**FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao curso de  
História para a obtenção do título de  
Licenciatura em História na  
Universidade Federal de Campina  
Grande pelo aluno **Josemar**  
**Cândido Duarte.**

**Orientadora Prof<sup>a</sup> Mestre Maria Liége Freitas Ferreira**

CAMPINA GRANDE

JUNHO, 2006

**JOSEMAR CÂNDIDO DUARTE**

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A IDADE MÉDIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**MONOGRAFIA APRESENTADA EM 01/06/06**

**BANCA EXAMINADORA**

Maria Brage Freitas Ferreira  
**Prof<sup>a</sup> Ms. MARIA LÍEGE FREITAS FERREIRA  
(ORIENTADORA)**

**Prof<sup>o</sup> HERRY CHARRIERY DA COSTA SANTOS  
(EXAMINADOR)**

Iranilson Burity de Oliveira  
**Prof. Dr IRANILSON BURITY  
(EXAMINADOR)**

CAMPINA GRANDE  
JUNHO, 2006



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho a todos que participaram da minha vida pessoal e acadêmica, que me desejam o bem e torcem pelo meu sucesso. O mesmo desejo a todos eles.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço principalmente a Deus pela realização deste trabalho. Ele é a minha força espiritual sempre que preciso. À minha família que com sua presença constante me ofereceu a base que sempre precisei, estando longe ou perto.

Agradeço aos meus amigos e amigas fieis que me acompanharam durante o curso, que em muitas situações, alguns, se comportaram como irmãos e companheiros.

Aos professores do curso de História da UFCG que não economizam esforços em me instrumentalizar na construção do saber histórico comprometido; em especial à minha orientadora Liége Freitas, eficiente e amiga. A minha companheira Simone, que constantemente me incentivou, fortaleceu e me encorajou nos esforços dedicados a este trabalho.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a execução dessa monografia.

## **RESUMO**

Esta monografia trata sobre como os conteúdos sobre Idade Média são trabalhados nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental.

A proposta metodológica apresentada baseia-se na observação de livros de editoras e autores diferentes, na busca de apresentar, também, como as editoras trabalham pedagogicamente o tema em foco;

Óbvio que a abordagem da problemática não se esgota aqui, outrossim, espero estar contribuindo para que as análises de livros didáticos de história sejam mais criteriosas.

## INTRODUÇÃO

A Idade Média tem despertado o interesse de muitos estudiosos que, cada vez mais, debruçam-se sobre o tema, produzindo novos olhares, desmistificando a Idade Média como a Idade das Trevas.

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir algumas representações construídas pela historiografia sobre o medievo, buscando desconstruir o preconceito de Idade das Trevas, a imagem de atraso, de um povo ligado apenas às tradições rurais, de um período marcado apenas por forte religiosidade, por cavaleiros armados, pela devastação da peste, a falta de higiene. Representações e imagens, que também circulam nos manuais didáticos de História e são perpetuadas como verdades absolutas e que são discutidas neste trabalho buscando analisar e avaliar a qualidade dos livros didáticos de História do Ensino Fundamental.

Partindo da corrente de História Cultural, baseado nos trabalhos de Roger Chartier e Sandra Pesavento que apresentam e discutem o tema caracterizando esta corrente historiográfica que tem como conceito central a representação e que busca identificar a forma como uma realidade, no tempo e no espaço, é construída, pensada, dada a ler, buscamos realizar as discussões a partir de autores que apresentam, discutem, questionam e constroem, dentro dos paradigmas historiográficos em voga, as representações sobre a Idade Média, produzindo novos olhares sobre o tema.

Pretendemos fazer um trabalho que permita novas discussões acadêmicas sobre a Idade Média contribuindo para o crescimento do curso de História da UFCG, bem como produzir um material que ofereça conhecimentos teóricos para ajudar no desenvolvimento do trabalho docente, na escolha e seleção de materiais didáticos e que possa ampliar nosso



horizonte de conhecimento, fazendo-nos rever algumas posições sobre o papel e a função que temos enquanto cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social.

Este trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro apresenta e discute as representações sobre o medievo construídas por historiadores acadêmicos que marcam a historiografia das últimas décadas. O segundo capítulo traz um referencial teórico, discutindo a análise, elaboração e a qualidade dos livros, didáticos de História do Ensino Fundamental que constitui um dos objetivos centrais deste trabalho. O terceiro e último capítulo analisa e discute as representações sobre o medievo construídas no livro Didático de História do Ensino Fundamental, refletindo os conteúdos, as imagens e os textos sobre o período e problematizando a qualidade dos manuais de História utilizados nas escolas brasileiras.

# SUMÁRIO

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO**

**CAPÍTULO I: PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A IDADE MÉDIA:  
BREVE CONSIDERAÇÕES.....10**

**CAPÍTULO II: TEORIA E METODOLOGIA DO LIVRO DIDÁTICO DE  
HISTÓRIA: NATUREZA, PROPOSTA E LIMITES.....25**

**CAPÍTULO III: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA IDADE MÉDIA NOS  
LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....36**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....57**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....60**

## CAPÍTULO I

### PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A IDADE MÉDIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Falar do ocidente medieval em um trabalho monográfico é um tanto quanto pretensioso, dada as dificuldades de fontes sobre o período: escassez de bibliográfica sobre o tema na biblioteca central da UFCG; contamos com a iniciativa de professores que compram livros para melhor atualizar seu alunado sobre os temas estudados.

A Idade Média constitui um mosaico de costumes e usos bastante diferenciados, uma sociedade marcada pela diversidade; representada por muitos historiadores nos livros didáticos de História como a Idade das Trevas; um período obscuro, marcado pelo atraso econômico, social político. A Idade Média é <sup>mostrada</sup> ~~vista~~ como a época dos dragões, das donzelas indefesas, dos cavaleiros armados da forte presença da Igreja Católica; filmes e textos escritos, gravuras, sempre mostram uma Idade Média marcada pelo obscurantismo cultural, pela falta de higiene e pela vida rural. A grande maioria das produções didáticas sobre a Idade Média apresenta imagens multifacetadas resultantes de inúmeras teses de medievalistas que divulgaram e divulgam diversas representações sobre o medievo de forma preconceituosa e sempre do ponto de vista de domínio do senhor sobre o servo.

Nesse trabalho analisaremos as representações acerca da Idade Média nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental, buscando avaliar e refletir sobre a qualidade dos mesmos ao tratar os conteúdos sobre Idade Média, especificamente, dentro das novas metodologias da História, suas imagens e representações sobre esse período da História do Ocidente compreendido entre os séculos V e XV. São dez séculos de história que a maioria da historiografia escreve como um período de mediação entre a Antiguidade Clássica e o

mundo Moderno, colocado por historiadores como Henri Pirenne de forma preconceituosa e por outros, a exemplo de Jacques L  Goff e Beaujouan Guy como um tempo de rica diversidade cultural.

O caminho te3rico-metodol3gico escolhido para a realiza3o deste trabalho foi o da hist3ria cultural, corrente historiogr3fica que tem como categoria central o conceito de representa3o incorporado por historiadores do s3culo XX a partir das formula3es dos fil3sofos Marcel Mauss e Emille Durkheim que estudaram as formas integradoras da vida social nas sociedades dos chamados povos primitivos atuais e ainda, de como foram constru3das para manter a coes3o dos grupos e suas representa3es de mundo, segundo nos mostra PESAVENTO (2003) e da qual adotaremos alguns de seus pensamentos sobre representa3o. De acordo com a autora, as representa3es expressas por normas, institui3es, discursos, imagens e ritos formam algo semelhante a realidade dial3ticas   exist3ncia dos indiv3duos, nas quais est3o impressos como os indiv3duos representam. A representa3o   uma constru3o feita a partir do real e n3o uma c3pia fiel dele; suas imagens e, seus reflexos s3o constru3dos a partir das vis3es de mundo dos grupos no e do poder; envolve processos de percep3o, identifica3o, reconhecimento, classifica3o, legitima3o e exclus3o, pois h3 uma exposi3o de algo ou algu3m que se coloca no lugar de um outro que est3 distante no tempo e at3 mesmo no espa3o; o representante guarda rela3es de semelhan3a, significado e atributos que remetem ao representado. PESAVENTO (2003: 39). Para a autora as representa3es s3o portadoras do simb3lico; carregadas de sentidos ocultos que s3o constru3dos hist3ricos e socialmente e se internalizam no inconsciente coletivo se apresentando como naturais; t3m a capacidade de substituir a realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. Partindo dessas reflex3es a autora mostra que a proposta da Hist3ria

Cultural seria decifrar a realidade do passado por meio das suas representações numa tentativa de descobrir as narrativas e as imagens de sua realidade.

Para Chartier (1990: 20) a História Cultural — refúgio de alguns historiadores da anterior história das mentalidades — tem como principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Trabalhando com o conceito de representação, o autor mostra que esta se apresenta em dois sentidos: num primeiro, a representação como dando lugar à coisa ausente, numa distância radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como representação pública de algo ou de alguém. As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam; a investigação sobre as representações supõem as como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Para Chartier é preciso pensar a história cultural como a análise do trabalho de representações, ou seja, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceitos próprios de um tempo ou de um espaço constituído de estruturas que são historicamente produzidas por práticas articuladas, políticas, sociais, discursivas, que constroem a sua figura.

Na história cultural a realidade é representada através das nomeações e classificações; o cientista social, por meio de procedimentos científicos, faz uma representação do mundo real de acordo com os procedimentos científicos que defende. Nesse sentido, adota a idéia de percepção — outro conceito importante em Chartier — porque são os discursos que traduzem estratégias e práticas dos grupos envolvidos no processo de construção das representações, pois a representação é um discurso que dá uma autoridade ao mundo social, representando-o, dando-lhe uma existência. A História

Cultural representa uma nova forma de pensar e narrar a história através das relações culturais dos grupos sociais pela quais os indivíduos dão sentido ao mundo. Chartier (1999: 25)

No tocante às posições sobre a Idade Média, Le Goff (1984: 18), mostra que o termo Idade Média foi inventado pelos iluministas italianos do século XV o que resultou numa periodização secular da história da humanidade. O termo Idade Média retoma uma posição entre o mundo antigo clássico e o mundo moderno; e de acordo com pensadores renascentistas como Giovanni Andréa, Georger Houner, Du Cang o medievo é uma espécie de túnel tenebroso entre duas épocas esplendorosas e resplandcentes nas ciências, nas artes e nas letras.

Le Goff aponta que para os homens das luzes, o medievo foi um período maléfico, de trevas e os termos Idade Média, medievo, medieval, tornaram-se pejorativos, que o fato de os homens das atuais sociedades ditas desenvolvidas se interessarem pelo estudo da Idade Média dissimula mal um fundo secular de desprezo que nossos homens modernos sentem em relação ao período medieval, visto como o primitivo, o bárbaro, o objeto do perverso deleite de regressão às origens. Até mesmo nações como a nossa que não conheceram a Idade Média voltam atrás para conjurá-la como fez um apresentador de telejornal de uma das maiores emissoras do país ao noticiar um homicídio cometido à golpes de foice no Rio de Janeiro, em novembro de 2005, afirmou que tínhamos voltado à Idade Média.

Mas a Idade Média não representa o quadro acima exposto; o próprio Le Goff aponta isso, ao desconstruir as imagens pejorativas sobre o medievo, mostrando que durante o período medieval temos fatos importantes na história da humanidade como o nascimento do desejo de um Estado Nacional, a gênese do processo da alfabetização. O autor defende uma Idade Média mais longa, não acertando os marcos cronológicos

propostos pela historiografia tradicional, como os acontecimentos ocorridos nos séculos V e XV. Assinala a presença de mudanças lentas marcadas por permanências e descontinuidades. A Idade Média de Le Goff pode ser explicada através da religiosidade, do cristianismo e da presença disciplinadora da Igreja orientando o corpo e a alma das pessoas, do lento processo de alfabetização e da educação eclesiástica.

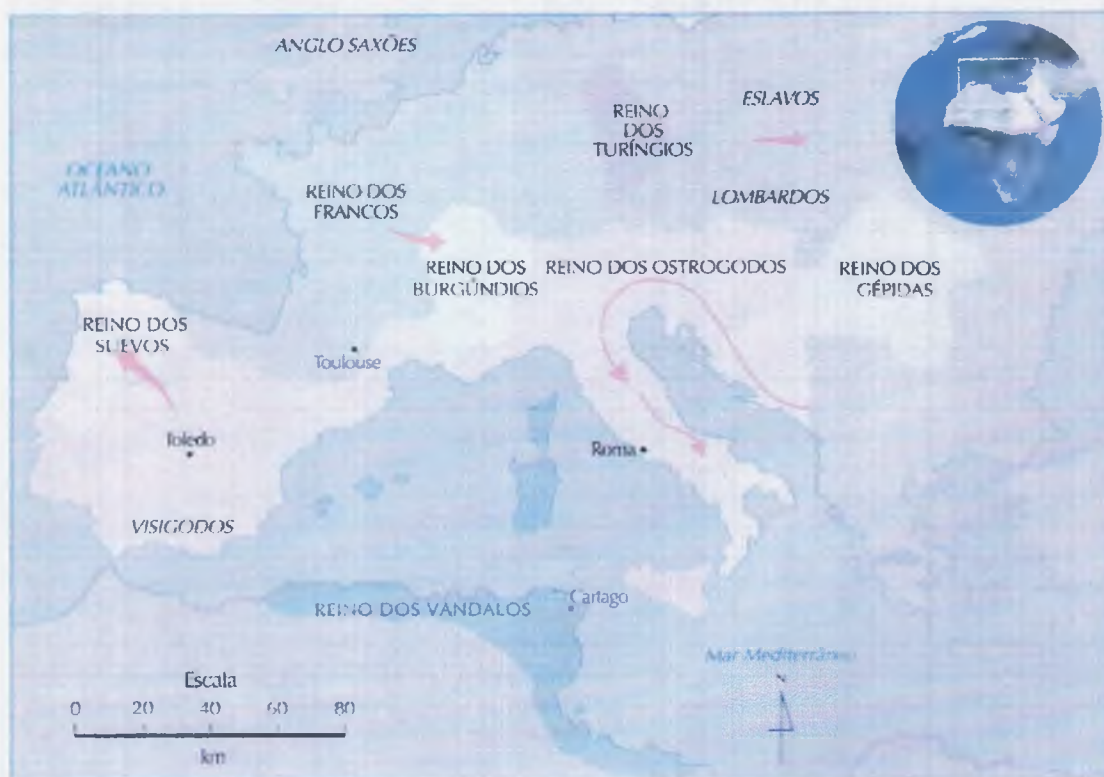
*“Esta longa Idade Média permite-nos captar melhor a ambição de sua época que foi, ao mesmo tempo, a da fome, a das grandes epidemias, a dos pobres e a das fogueiras mas também a das catedrais e dos castelos, a que inventou a cidade, a universidade, o trabalho, o garfo, o abafo de peles, o sistema solar, do sangue, a tolerância”.* Le Goff (1984: 41)

Defendendo a tese de uma Idade Média mais longa, o autor mostra que na história não há rupturas, mas permanências e descontinuidades. Defende a história como um processo onde as mudanças são paulatinas e contrapõe-se a uma historiografia tradicional marcada por acontecimentos grandiosos que provocam rupturas grotescas no processo histórico.

Mas há divergências no tocante aos marcos cronológicos de início e fim da Idade Média. FRANCO (1986: 11) afirma que durante muito tempo a historiografia procurou estabelecer marcos cronológicos medievais. Para o início falou-se em 476, queda do Império Romano; 392 – oficialização do cristianismo. Para o final já se pensou em 1453 – queda de Constantinopla e o fim da guerra dos Cem Anos; 1492 – chegada dos espanhóis à América; 1917 – início da Reforma Protestante. Franco, (1986: 16).

Franco divide a Idade Média em quatro subfases distintas, pois cada uma apresenta características diferentes. A primeira subfase começa no século IV e vai ao século VIII, é a primeira Idade Média, um período em que se observa uma estrutura própria caracterizada pela convivência e pela interpenetração dos três elementos básicos que a compõem: Roma, germanos, Igreja. O Império Romano em decadência desde a crise do século III tentou sobreviver através do estabelecimento de novas estruturas que sobreviveram por alguns séculos como o caráter sagrado da monarquia, a aceitação de germanos no exército imperial, do fiscalismo que crescia no campo.

### Divisão da Europa ocidental no século V



Extraído do livro: DREGUER, Ricardo & TOLEDO, Eliete. História Cotidiano e Mentalidades, São Paulo, Atual, 2000: 5.



A Europa Ocidental transformou-se num mundo em mudança que abrigou o modelo germânico como a pluralidade política, a concepção recíproca entre chefe e guerreiros, a perda do caráter mediterrânico, voltando às atenções e interesses para o norte. E fazendo a articulação entre Roma e os povos germânicos ficou a igreja forjando a unidade espiritual característica da Idade Média, um exemplo clássico desse período é o Império Carolíngio.

A Segunda subfase é colocada pelo autor é a Alta Idade Média (Séculos VIII ao X), um período em que se atingiu uma nova unidade política com Carlos Magno, o imperador do Império Carolíngio que ocupava grande extensão territorial na Europa Central, e que governou entre 768 e 814 d.C.

Para manter essa unidade necessitou da legitimação da Igreja, única herdeira do Império Romano, que recebeu terras no território italiano e tornou-se uma potencia política atuante recebendo também o dizimo que tornara-se lei, numa conciliação de interesses políticos e econômicos. Nessa época tivemos na Europa Ocidental uma certa recuperação econômica e o início de uma retomada demográfica com a estabilidade; o cristianismo expandiu-se sobre as regiões pagãs, reformulando o mapa civilizacional europeu. Esse quadro veio modificar-se com novas invasões de Vikings e muçulmanos entre outros povos e com o fim do Império Carolíngio.

Uma crise geral ocasionada pela descentralização do poder e pelas disputas internas no Estado Carolíngio e as novas invasões supracitadas provocaram mudanças que iriam caracterizar o período chamado por Franco da Idade Média Central (séculos X – XIII), época em que o feudalismo é vivido em sua plenitude. Essa foi a época do feudalismo que para o autor nasceu no século X como uma resposta à crise geral daquele conturbado momento histórico. Nesse momento, a sociedade cristã sofre uma reorganização conhecendo uma forte expansão populacional e também territorial que mostra como

exemplo as cruzadas. A economia se revigora graças à procura por mercadoria e pelo maior disponibilidade de mão-de-obra. Acompanhando esse movimento a produção cultural também se diversifica.

De acordo com o autor, esses acontecimentos minaram a essência do feudalismo (sociedade fechada, estratificada, agrária, fragmentada politicamente); como consequência dela saiu um seguimento urbano, mercantil que Franco chama de feudo-burguesa em que a burguesia vai paulatinamente sobrepujando o feudalismo fazendo ressurgir um modo de vida urbano, as universidades, a literatura laica, a filosofia racionalista, a ciência empírica, as monarquias racionais. A Europa Ocidental caminhara, para novos tempos. O período seguinte chamado de baixa Idade Média (séculos XIV – meados do século XVI) representou o parto daqueles novos tempos, que a historiografia chama Idade Média.

Para o autor a crise do século XIV foi consequência da forte e continua expansão demográfica, política, econômica dos séculos XI – XII, que levou o sistema aos limites de seu funcionamento. Ao se recuperar a partir de meados do século XV faz-se sobre novos, modelos e novas, estruturas, embora que assentadas em pilares medievais como os descobrimentos baseados nos normandos e nos italianos; o Renascimento no do século XII; o Protestantismo fruto das heresias; o absolutismo produto da centralização monárquica.

Franco critica a colocação de marcos cronológicos para o início e o fim do medievo defende uma Idade Média mais longa, mostrando que o período seja caracterizado pela observação das estruturas políticas, econômicas demográficas e culturais. Para o autor não há passagens bruscas na história, as passagens são resultantes de mudanças lentas e continuas nas estruturas; propõe emblemas medievais como o tripé: os que rezam; os que combatem, os que trabalham; traz como representações do medievo a mentalidade cristã e a feudalidade criticando as representações da Idade Média como a Idade das Trevas, afirmando ser o período obra dos renascentistas.

Mas as representações sobre o medievo não param por aí. Pirenne, (1969), escreve sobre a Idade Média em um texto marcado pelo caráter preconceituoso em relação aos povos germanos que chama de bárbaros e por lamentações acerca da queda do Império Romano.

Partindo do ponto de vista econômico, Pirenne mostra que os povos germânicos instalados na Europa Ocidental após o fim do Império Romano no século V, conservaram o aspecto mediterrâneo que era legítimo e essencial da civilização antiga. O mar Mediterrâneo continuou a ser tão importante quanto antes. Uma vida econômica que demonstrava um prolongamento da antiguidade. Mas a partir do século VII, com a chegada do Islã, provocando o fechamento do mar Mediterrâneo, tornando este uma barreira e o comércio europeu tende a desaparecer.

Para o autor, os germanos não tiveram a capacidade de implantar um sistema administrativo e econômico diferente do Império Romano, mantendo o antigo aparato, principalmente o equilíbrio econômico que foi rompido com a invasão islâmica fechando o Mediterrâneo. Com o fim da navegação mediterrânea o ocidente ficou bloqueado entre os séculos IX e XI, o movimento comercial não sobreviveu, pois, a navegação constituía a sua principal artéria. O resultado disso foi a decadência rápida da atividade comercial. No decorrer do século VIII os mercadores desaparecem e com eles o modo de vida urbano que ajudavam a manter; com isso, as cidades perderam todo o significado econômico administrativo.

Desde o século X, o aspecto da sociedade européia ocidental é essencialmente rural na qual o intercâmbio comercial e a circulação de utilidades se restringiram ao grau mais baixo que podiam atingir. A Europa Ocidental transforma-se numa região exclusivamente agrícola — o que para o autor é uma regressão — e todas as classes da população desde o Imperador ao mais humilde servo vivem dependendo dos, produtos da terra, única fonte de

subsistência e única condição de riqueza. Como toda existencial social está fundada na posse da terra; os bens moveis não possuem qualquer valor econômico, quase impossível para o Estado manter um sistema militar e uma administração que não se baseassem nesse modelo de sociedade. O sistema feudal é também a desintegração de poder público nas mãos de seus agentes, detentores do solo e independentes pelas atribuições que seu patrimônio territorial investia. Para o autor, o feudalismo é, na ordem política, o retorno da civilização rural; um contexto em que a classe mercantil desaparece e a definição da condição do homem é dada por suas relações com a terra. A terra é sinônimo de liberdade e poder para quem a possui; quem a detém é proprietário e ao mesmo tempo senhor; quem não a tem é servo e a servidão é condição normal de toda uma população agrícola que vive no feudalismo.

Ao ler os escritores de Pirenne pode-se notar um tom preconceituoso em relação à Idade Média, mostrando que o período é “consequência” das invasões bárbaras, pois os germânicos que passaram a ocupar os territórios romanos não possuíam o grau civilizacional, nem tampouco haviam alcançado o esplendor intelectual cultural e político de Roma. Para o autor, o medieval é o retorno à ruralização; à desintegração política administrativa; a ausência de uma atividade comercial intensa como na época do Império Romano que, embora os Germanos tenham destruído conservaram um pouco de suas características até o século VII quando a chegada muçulmana na Europa Ocidental pôs fim a tudo que restava da magnífica Roma.

A partir da tese de Pirenne, outro medievalista, contrapondo-se a algumas de suas idéias, problematiza o início do medieval apresentando novas e ricas representações sobre a Idade Média. BEAUJOUAN (1979) defende que o termo idade média deve ser usado no plural, assinalando que o princípio do medieval traz o nascimento de várias instituições básicas, idéias, valores e modos de vida da nova civilização da Europa Ocidental que

surgiram após a queda do Império Romano. Para o autor, as representações sobre a Idade Média são diversas e resultado dos vários campos do saber e do pensamento humano. A renascença viu a Idade Média como um período de barbárie e crueza gótica.

Personagens como o filósofo e escritor francês Voltaire e o pensador Bentham viam o medievo como a Idade da Superstição, um período sombrio. Alguns românticos viam a Idade Média, apenas através de seus vitrais coloridos, encontrando neles pajens, cavaleiros, donzelas, menestréis entre outros personagens emblemáticos.

Beaujouam afirma haver outras formas de Idade Média, todas demonstrando os preconceitos, erudição e necessidades do período em que surgiram. A “ciência<sup>1</sup>” apresentou duas variantes principais: primeiro houve um sentimento de repulsa contra a ignorância e a superstição, que foram criadas pela Igreja Católica com o seu autoritarismo, o que retardou o progresso das ciências, em segundo lugar situam-se as críticas feitas pelo saber médico condenando as condições de higiene do período, a falta de sanidade e a suscetibilidade às enfermidades. Para os adeptos desse ponto de vista, a Idade Média constituir um período de imundices. Observa-se nessas representações sobre o medievo um forte preconceito de cientistas, pensadores e médicos (entre outros saberes) principalmente do período moderno pela conjuntura da fase posterior à Idade Média, em que o pensamento racional e a cientificidade assumiram a função de explicar tudo o que acontecia na história defendendo que a Idade Média foi um período de obscurantismo. São representações que foram construídas por indivíduos de várias esferas: jurídicas, econômicas e religiosa. Porém, para o autor, a explicação mais construtiva e historicamente útil é a esfera econômica, pois nos fornece uma melhor apreensão da Europa medieval, o que nos leva a discordar do mesmo pelo fato de a nova historiografia ter aberto um leque de estudos, inovadores sobre o medievo problematizando novos aspectos no estudo das sociedades que

1 – Gricos do autor

fizeram e vivenciaram o período medieval.

Beaujouan estuda a Idade Média analisando a natureza do período e a relação com a antiguidade; faz isso partindo da tese de Pirenne, (1969), a qual elabora uma crítica aos equívocos do autor em sua interpretação sobre o medieval. A primeira crítica de Beaujouan a Pirenne é no tocante ao início da Idade Média. Pirenne afirma que foi a chegada do islã, a responsável pelo início da Idade Média com a destruição do que ele chamou de unidade do Mediterrâneo. Para ele, os germanos-povos bárbaros – não trouxeram modificações, apenas mantiveram o antigo sistema Romano com o governo centralizado, do qual eram admiradores. Na concepção deste autor os germanos não tinham a capacidade de alterar a situação, tanto político quanto econômica, da Europa Ocidental que era mantido pelo Império Romano. Beaujouan afirma que não foi o fechamento do mar Mediterrâneo pelos muçulmanos e sua hostilidade para com o Ocidente que reduziu a atividade comercial. Foi a fraqueza e a ineficiência internas e o empobrecimento das mercadorias de exportação. E no que se diz sobre a adoção e continuação de formas de governo romanos pelos germanos, é difícil acreditar que alguém quisesse manter um sistema que tornou-se incapaz de se sustentar.

Ao contrário do que defende Pirenne, não foram os sarracenos os responsáveis pelas modificações na arte, na economia e nas outras áreas que se processaram na Europa Ocidental durante o medieval. Essas modificações, segundo Beaujouan se iniciaram anterior à conquista sarracena e aconteceram paulatinamente.

Beaujouan crítica de forma relevante Pirenne e muitos autores tradicionais que vêem o fim do Império Romano como uma catástrofe, que lançaram um olhar preconceituoso sobre os germanos acreditando que estes provocaram o fim de um período belíssimo da História da Humanidade e instalaram um período de trevas e que os séculos seguintes aos séculos IV foram admiráveis na medida ou que conservaram as influências

romanas. O fim do Império Romano foi o resultado de uma experiência que falhou porque a estrutura política administrativa e econômica não conseguiram se sustentar, pois, muitos imperadores romanos eram pessoas fracas e incapazes de governar, Roma permitia infiltração dos germanos em seu exército e em seus territórios. LOT (1980: 4)

Para Beaujouan a sociedade medieval primitiva era pioneira, vivendo numa fronteira geográfica e intelectual com o intuito de levá-la à frente, tanto que produziu sistemas de educação novos com valores e objetivos diversificados com novas línguas, novas manifestações artísticas e culturais e conservou um espírito cristão que, para ele, criou uma nova civilização, cheia de vida e esperança.

*“Nos séculos IV e V, quando o espírito clássico estava quase morto no ocidente, juntamente com a forma romana de administração política e muito do que restava do velho sistema social, o espírito cristão foi capaz de criar uma nova civilização cheia de vida, esperança e confiança”.*

BEAUJOUAN (1979: 28).

No artigo “Considerações sobre o estudo da Idade Média” publicado na Internet, em 2001, pelo professor de Filosofia da FFLCHUSP, Raul César Gouveia Fernandes, no qual ele destaca que a partir da década de 50 de século passado a Idade Média tem alcançado posto de honra na historiografia como também, nos dias atuais tem despertado o interesse do grande público com a publicação de muitos textos literários medievais, narrativas responsáveis por grandes vendas de livros e gordas bilheterias no cinema. Para o autor, o interesse é compreensível, pois falar de Idade Média é falar de nós mesmo, porque representa o período de gestação do mundo moderno. Os estudos medievais,

destaca o autor, auxiliam a melhor compreender a história e a cultura dos países europeus. A expansão marítima que teve como resultado a descoberta do Novo Mundo, tem sólidas raízes na Idade Média. A literatura de cordel nordestina, guarda elementos da literatura medieval como a gesta de Carlos Magno, Imperador do Império Carolíngio. (761-814)

Mas apesar do crescimento de estudos sobre o medieval, o período ainda é pouco e mal compreendido: tanto por uma grande parcela do professorado de escolas, assim como por professores das universidades. Poucos são os que se interessam por esse tema. A Idade Média continua sendo alvo de preconceitos. Muitos ainda a vêem como a “Idade das Trevas”, como um período no qual a humanidade viveu subjugada pela ignorância e flagelada pela peste e foi oprimida sob o terror das fogueiras inquisitoriais. É como se entre a queda do Império Romano e a chegada de Colombo à América — estes fatos são marcos apontados pelo autor para o início e o fim da Idade Média — não houvesse sido criado nada de notável. Entretanto, é no medieval que compreendemos as raízes do canto gregoriano; a Divina Comédia, de Dante Aleguéri; os avanços arquitetônicos expostos nas catedrais é facilmente esquecido. Dessa forma equívocos históricos injustificáveis são perpetuados. Muitos de nós ainda mantêm preconceito, acerca da Idade Média, uma idéia preconcebida que leva o pesquisador a incorrer em erros históricos como faz a maioria dos historiadores inscritos numa historiografia tradicional, contendo anacronismo e narrativas equivocadas de determinados períodos históricos como é o caso do medieval aqui problematizado, mesmo que insipientemente.

O autor aponta a intensa religiosidade como uma das principais características da Idade Média. Se atualmente a religião é percebida por milhares de pessoas como algo estranho à vida, na Idade Média, a esfera do Sagrado era reconhecida e encarnada em todas as estâncias da vida cotidiana. A religião foi o fator de união do povo medieval, garantindo uma unidade de consciência, uma mentalidade cristã e quem não levar esse



dado em consideração prejudicará a sua capacidade de compreensão histórica, pois a religião era o cimento da sociedade medieval.

Estudamos aqui cinco autores que nos ajudam a obter uma boa noção historiográfica do período medieval. A partir dessas discussões teóricas e do posicionamento de cada autor aqui trabalhado sobre a Idade Média conseguimos obter um referencial teórico que nos permite conhecer novas imagens e representações sobre o medieval e nos oferece embasamento para outras discussões sobre o tema alargando o conhecimento e a visão que temos sobre a Idade Média, buscando a desconstrução de estereótipos, o levantamento de novas conjecturas de discussão e a possibilidade de abertura para novos questionamentos e para análise comparativa de outras fontes de pesquisa como os livros didáticos de História que serão analisados mais adiante.

Pudemos também conhecer novos sujeitos instituições grupos sociais e do período estudado que permite fazer, viajar até a Idade Média e conhecer modos de vida diferentes, formas de organização social de um período da história da Europa Ocidental rica em diversidade cultural, em costumes, na força religiosa e na forma de viver, do povos suas relações com o mundo a sua volta.

## **CAPÍTULO II**

### **TEORIA E METODOLOGIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: NATUREZA, PROPOSTA E LIMITES**

As críticas sobre o livro didático de história têm aparecido cada vez mais com mais frequência tendo em vista a importância desse material para a educação, informação e formação dos alunos nos vários níveis de ensino da educação formal brasileira e também pelo fato de haver uma distância entre os avanços resultantes das novas pesquisas e das novas metodologias em história e a sua efetiva compreensão na prática do magistério e porque não mencionar a péssima qualidade que a grande maioria dos manuais didáticos em nossas escolas apresentam, além da má qualificação de uma grande parcela do professorado. O presente capítulo busca apresentar como vários estudiosos e analistas do livro didático de história o percebem. Sendo o objeto de estudo monografia como os livros didáticos de história apresentam a Idade Média, necessária se faz que apresentamos alguns teorias referentes as mesmo, a partir de então, problematizo os conteúdos propriamente ditas sobre a Idade Média nesses manuais de ensino.

Para BEZERRA (1999), o objetivo central da história é compreender os diferentes processos e sujeitos históricos, as relações que se estabelecem entre os grupos humanos nos diferentes tempos e espaços, sempre a partir de uma dimensão de contemporaneidade. Pensando assim, o livro didático de história não pode ser exposição fria e mecânica de conhecimentos; um bom livro de história deve ser capaz de incorporar, de forma concreta, a renovação historiográfica que já tornou consistente e é de conhecimento dos estudiosos da História. Um bom livro didático de História deve levar sempre em consideração as experiências dos alunos nas suas dimensões mais amplas, estando coerente com a proposta

que apresenta a adequada metodologicamente, pois um livro não pode ser considerado bom ou ruim por ter sido elaborado dentro de uma opção liberal, idealista ou marxista.

De acordo com essas considerações aceitas pela área de História e pelo Programa de Avaliação do livro Didático de História, foram estabelecidos critérios que orientam a análise dos livros didáticos de História; segundo Bezerra esses critérios são eliminatórios e classificatórios. Os critérios eliminatórios observam se os livros didáticos de História apresentam conceitos e informações básicas incorretas, provocando erros conceituais graves como anacronismos, que consiste em analisar o passado a partir de conceitos do presente, o livro também não pode apresentar informações desatualizadas. Outro critério eliminatório consiste em avaliar a incorreção e inconsistência metodológica, analisando a forma como os conteúdos são desenvolvidos. É fundamental que apresente clareza e coerência metodológica, pois não há ciência sem métodos, e é essencial que o educando compreenda os métodos que estão contribuindo para a sua formação como cidadão. E por último, o livro didático não pode trazer prejuízo à construção da cidadania, tendo em vista o fato de ser parte essencial do processo educativo. Dessa forma não pode expressar preconceito de origem, etnia, gênero formando cidadãos com tendências à atitudes preconceituosas discriminatórias.

Para o MEC (Ministério da Educação e Cultura), atendendo a esses critérios de eliminação, o livro didático se apresenta como recomendado no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), contudo pode apresentar problemas, lacunas. Por isso para orientar a análise dos livros recomendados foram apresentados os critérios classificatórios expostos abaixo:

- O livro didático deve explicitar a opção metodológica informando e explicando se é marxista, liberal ou de outras metodologias, pois apresenta e suscita a consciência didático-científica do autor e a importância do método no trabalho do historiador.

- A análise histórica deve partir de problemas, pois a problematização concede espaço para uma histórica crítica; os problemas e as hipóteses devem se relacionar com a realidade mais próximas do aluno o que do significado aos conteúdos e desperta o interesse do estudo da História.

- Os conceitos históricos devem ser construídos obedecendo a sua historicidade, pois facilita a sua compreensão total. Conceitos elementares para o conhecimento histórico como: tempo, espaço, história, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade devem ser apresentados de forma aberta e fundamentada em habilidades que devem ser desenvolvidas a partir das características dos alunos. Alguns Livros didáticos de História apresentam conceitos fechados, como única e invariável forma de conhecimento histórico dificultando a compreensão da história e afastando o interesse pela área. É importante que o livro traga uma linguagem aberta, adequada às possibilidades cognitivas dos alunos, público alvo.

- As fontes históricas devem ser apresentadas e discutidas porque são necessárias para que o livro introduza os alunos na metodologia própria da História. Há obras que não apresentam as fontes históricas e outras que apresentam não discutem, pois embora mostre, não informam em seus conteúdos traços metodológicos da fonte citada.

- Conter atividades integradas aos conteúdos, possibilitando a construção de diferentes habilidades. Tais atividades não devem, apenas buscar a realização de objetivos, mas desenvolver habilidades e estimular a observação, a curiosidade, a criatividade e a síntese.

- As imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos, abrindo possibilidade de problematização e compreensão de textos históricos não servindo apenas para preencher páginas tornando-as mais coloridas e com um bom efeito estético sem nenhuma relação com o conteúdo histórico.

- O manual do professor deve conter orientações que informem os pressupostos teóricos estando coerentes com estes pressupostos e a apresentação do conteúdo. Um bom manual do Professor traz orientações teóricas, informações adicionais bibliografia diversificada, informação de leituras e outros recursos que efetivamente ajude na formação do professor e não seja mera reprodução do livro do aluno.

É imprescindível que o livro didático atenda a esses critérios de eliminação e classificação, tendo em vista a importância destes enquanto instrumento pedagógico. A cada três anos o MEC distribui milhares de livros didáticos que os professores das escolas públicas escolhem. Para isso é necessário que os docentes conheçam os critérios de avaliação dos livros didáticos evitando a adoção de um instrumento pedagógico de má qualidade que poderia desenvolver concepções erradas acerca dos conhecimentos apresentados bem como erros conceituais e imagens deturpadas de fatos históricos. Principalmente porque a maioria dos professores possui uma má qualificação tendo adquirido habilitação para o exercício do magistério em cursos de baixo nível e por estarem desatualizados pela falta de interesse em investir na sua formação profissional e por apresentarem dificuldades e incapacidade de análise ao escolher os livros didáticos. Nota-se uma ausência de preocupação com o conhecimento acerca dos manuais didáticos que são utilizados no seu trabalho.

Por isso o trabalho com livros didáticos deve ser levado mais a sério e é fundamental o conhecimento de autores como Bezerra que nos fornece referências teórico, metodológicos para a análise dos manuais didáticos de História analisando sua qualidade, forma e conteúdo chamando-nos a atenção para o contexto histórico e cultural no qual estes se inserem, pois é comum representarem o interesse da classe social dominante que usa os livros didáticos como instrumentos de divulgação de sua ideologia de dominação e legitimação de poder.

O segundo autor trabalhado é FONSECA (1999) que afirma que o livro didático e a educação formal estão inseridos no contexto político e cultural e, muitas vezes, são usados como forma de legitimação de poder e como meio de representar universo culturais específicos, pois a elaboração incorpora as concepções de história e os valores dos autores do seu tempo. Os livros didáticos de História tem sido um dos grandes responsáveis pela permanência de discussões fundadoras de nacionalidades e de nacionalismo exarcebados; a autora afirma que é necessário levantar a discussão dos manuais de história como lugar de memórias e fundadores de identidades, mostrando saberes já consolidados e aceitos socialmente como as versões autorizadas da história reconhecidas como representativas de uma origem comum. Com isso podemos perceber as relações existentes entre política, cultura, ensino através do estudo das representações construídas e do imaginário expostos nesses manuais de educação formal. Muitas vezes são legitimados como guardião da verdade histórica e reconstituem lugar privilegiado na sedimentação de uma identidade nacional defendendo interesses de determinados grupos.

No Brasil, na primeira metade do século XX, como nos mostra Fonseca, os livros didáticos acentuaram a sua posição no processo de ensino; passaram a ter papel fundamental como mediadores entre o Estado e a sociedade legitimando o regime vigente; esse material além de ser um legitimador do regime político e cultural dominante, tem sido os grandes criadores de representações e veículo de circulação de verdades. Os manuais didáticos procuram incessantemente formar uma idéia de nação, ressaltado heróis nacionais, criando identidades que representam essa nação. Tanto os livros didáticos quanto algumas horas historiográficas apontam para uma percepção de história da nação como obras de espíritos elevados e de atos de heroísmo, destinadas a ser mais celebrados que compreendidas. Uma história de caráter sacralizado, indicando as bases de um universo cultural fortemente marcado pela religião, sobretudo pelo catolicismo.

As pesquisas feitas com o livro didático de História, a utilização deste como documento, é fruto da incorporação de novos pressupostos teórico-metodológicos a partir da utilização da nova história pelos historiadores. Nesse processo, o livro didático tem sido interrogado num esforço de desconstrução de discursos e imagens, criando-se possibilidades de discussão que permitam a compreensão de historicidade dos manuais didáticos dentro de uma perspectiva dos imaginários sociais e da construção de uma memória e suas representações. A autora destaca que o livro didático possui um caráter ideológico e os de história têm conservado uma visão tradicional da história e quando apresentam-se opostos, são sempre (pelo menos até bem pouco tempo) na versão da luta classes. Um dos grandes problemas dos livros didáticos de história é a ausência de questões culturais relativas ao passado histórico; além do mais, muitas obras produzidas até hoje ainda conservam características daquelas produzidas no final do século XIX e grande parte do século XX. A grande maioria dos manuais didáticos de história têm apresentado o processo histórico como um roteiro pré-estabelecido, sem tensões e ausente de conflitos. Uma história romântica que exclui indivíduos e grupos sociais desligados das decisões governamentais. Trazem textos em que o cidadão tem sido colocado apenas como espectador, sem nenhuma demonstração de agente ou sujeito dos fatos sociais. As representações construídas nos livros didáticos de história refletem interesses de grupos legitimando posições e reconhecendo identidades de categorias de classe no poder. A relação entre passado e presente nos livros didáticos de história é tão sutil que acaba legitimando a realidade excludente, tornando-a banal nos estudantes.

Vimos em Bezerra (1999) que um dos critérios de classificação dos livros, didáticos de História está ligado à questão das imagens, tão comuns nos manuais enchendo páginas de cores e cenas com as mais diversas finalidades, muitas com sérias divergências em relação aos objetivos propostos, sem proporcionar problematização nem tampouco ajudar

na compreensão dos textos históricos, servindo apenas para produzir um efeito visual, embora um bom número de livros didáticos traga ilustrações e gravuras de acordo com as normas corretas da elaboração. Essas preocupações são pertinentes tendo em vista a importância da imagem no auxílio à compreensão dos textos escritos, pois a linguagem não-verbal produz efeito significativo no processo de compreensão do conhecimentos e interpretação de fatos históricos.

Segundo Aumont (1997), a imagem produzida se direciona a uma observação, ou a várias observações; estão vinculadas ao domínio do simbólico e funcionam como mediação entre o espectador e a realidade nela representada; e nessa relação com a realidade, a imagem assume três valores diferentes: o valor de representação quando representa coisas concretas estando em um nível de abstração inferior ao da própria imagem, um valor simbólico quando representa elementos abstrato estando em um grau de abstração superior ao da própria imagem e um valor de signo representando um conteúdo com caracteres que não são refletidos por ela como algumas placas de transito — como a que indica posto alfandegário — numa relação totalmente arbitrária com o seu significado. As imagens não são produzidas por acaso, possuem, no entanto, função.

Nesse sentido, Aumont aponta três dessas: de início, as imagens serviam como símbolos especificamente religiosos remetendo o espectador ao mundo do sagrado numa relação quase que direta com as divindades (as primeiras esculturas gregas, por exemplo referiam-se a ídolos). Esse é o modo simbólico que ultrapassou as fronteiras dos sagrado e chegou às sociedades laicas ocidentais; cada Estado é representado por símbolos que são obrigatórios em documentos oficiais como também em instituições. O segundo modo é o epistêmico no qual a imagem informa sobre o mundo, fazendo-o ser conhecido, produzindo conhecimento e informando além do aspecto visual. É uma informação variada como a de um mapa rodoviário, um cartão postal ou um cartão de branco. O terceiro modo



em relação a função da imagem na tentativa estabelecer uma relação com o mundo, como todas as produções do homem, é o estético no qual a imagem busca agradar ao espectador produzindo sensações diversas. Atualmente essa função está muito associada à questão da arte.

Para o autor, a imagem tem por objetivo garantir, reforçar, reafirmar e explicitar nossa relação com o mundo visual desempenhando o papel da descoberta visual, sendo dirigidas a um público em particular dependendo de onde parte com intenções e objetivos definidos, pois o espectador nunca olha uma imagem de forma casual, inesperada. Ele traz consigo o saber prévio, as experiências históricas e culturais numa percepção visual do tipo construtivista. Mas vale destacar que a imagem age sobre o espectador e essa ação se dá em aspectos cognitivos psicológicos e sociológicos agindo positiva ou negativamente dependendo de quem a observa.

Conhecer estes aspectos teóricos sobre imagem é de fundamental importância para estudá-las e utilizá-las adequadamente como recursos didáticos ajudando na compreensão dos fatos históricos permitindo uma visualização do aspecto do contexto histórico estudado principalmente em se tratando do livro didático de histórico. Mesmo porque há falta de conhecimento teórico por parte dos professores, em relação à interpretação das imagens; assim, torna-se difícil para o educando explicar uma imagem sem o arcabouço teórico necessário, sem conhecer os valores, as funções e os objetivos de imagem que visualiza em seus livros. Sem essa compreensão, não serão capazes de compreender os significados do universo, magnético que os rodeia.

Para BITTENCOURT (1992), autora que tem dedicado largos estudos sobre o livro didático de História, refletir sobre as várias ilustrações dos livros didáticos constitui um dos aspectos importantes no ensino das disciplinas escolares pelo significado que tem desempenhado no processo pedagógico, pois mesmo com muitas críticas, o livro didático

continua sendo o referencial de professores, pais e alunos. Para a autora, este é um objeto cujo enfoque varia de acordo com o campo de investigação sendo produto de vários debates e discussões dada as suas múltiplas facetas e a sua complexidade, principalmente pelo fato de transpor conteúdos acadêmicos traduzindo-os para uma linguagem escolar.

O livro didático é um instrumento pedagógico inscrito na tradição cultural vigente sendo um importante veículo portador de um sistema de valores de uma cultura específica e dessa forma transmite estereótipos e generaliza temas não aprofundando-os e apresentando visões generalizadas de fatos históricos e dificultando sua compreensão. Por isso é necessário que o professor conheça bem o livro didático e a teoria sobre os mesmos para que saibam escolhê-los e adequá-lo ao seu trabalho vencendo as limitações impostas pelo formato, a quantidade de páginas e o tamanho, que não permitem a verticalização do conhecimento representado superficialmente, bem como as razões econômicas, ideológicas e técnicas que os condiciona, com textos impositivos e exercícios que não permitem a problematização e a discussão dos conteúdos.

Já para GATTI (1999), as editoras sabem claramente que a maioria das escolas e, dos professores tem dificuldades quando pensam em promover mudanças em sua prática de ensino sem contar com um material didático consistente que lhe dê suporte teórico metodológico. Daí a importância de uma formação acadêmica bem elaborada, justamente para proporcionar meios regras nos professores para realizar boas escolhas. Mas a situação governo e editoras assinam acordos em ambos tentam sair lucrando. O governo tem investindo muito no setor e as editoras nacionais tem crescido bastante. Isso faz-nos perceber que o livro didático ocupa lugar central no cenário educacional brasileiro, bem como representa a maior parte das vendas de exemplares de livros no Brasil. Com isso, esses materiais vêm aos poucos substituindo os professores e passando a ser os portadores

do conhecimento que é levado ao aluno, além de se tomarem os organizadores das ações didáticas, segundo o autor.

Não concordamos com o fato de Gatti afirmar que os livros didáticos estão substituindo os professores, pois estes constituem a ponte entre os alunos e o conhecimento. Mas temos que reconhecer que a maioria dos professores faz do livro didático a sua “muleta” sem o qual estariam deficientes; boa parte é totalmente dependente e não conseguiria trabalhar sem esse material. É importante destacar que mesmo assumindo o papel de portadores dos conteúdos escolares e de organizadores das aulas estes não eram vistos como fontes de investigação da História, como fonte de pesquisa. Segundo Gatti porque:

*“Nos paradigmas históricos predominantes até os anos setenta não sobrava espaço para investigação desta natureza. A tendência em desenvolver uma análise e desenvolver uma análise estrutural e sistêmica não permitia a incorporação de uma investigação mais específica e detalhada sobre o que realmente se passava no interior das Escolas”. GATTI (1999: 216)*

A historiografia tradicional não percebia nos livros didáticos uma fonte de pesquisa histórica, portadora de conhecimento — fato que mudou, pois a nova historiografia tem aberto campo para novos paradigmas. É importante destacar as mudanças que o livro didático tem apresentado nos últimos anos. Dos manuais didáticos antigos produzidos e revisados por um único autor, chegamos aos atuais livros produzidos e revisados por uma equipe técnica e fabricados em larga escala, atualizados a cada três anos, trazendo textos adaptados ao público leitor numa linguagem compreensível; e o que é mais importante,

abrindo espaço para uma História mais crítica, próxima da História Nova que embora ocorra em poucos livros, tem mostrado exemplos de que é possível produzir um bom material de acordo com as novas formas de narrar a História, de fazer uma História engajada, preocupada com questões sócio-culturais.

Entretanto, grandes deficiências ainda não apresentadas nos livros didáticos, sejam de ordem teórica-metodológica, de atualização, de elaboração em relação aos conteúdos apresentados; e algumas já foram colocadas e discutidas em linhas anteriores. Mas nos anima o fato de a academia refletir sobre essas questões e levá-las aos principais envolvidos no processo — professores e alunos da rede de ensino do país —, pois ainda percebermos distanciamentos entre o conhecimento produzido na academia e a sua utilização prática, especificamente na área educacional. Cabe, portanto, aos professores estudar a teoria sobre esses materiais, buscar informações, pesquisar e, acima de tudo, conhecer bem a obra que escolhem para trabalhar a partir de análise minuciosa, de discussão, de comparação e que, ao utilizar os livros didáticos no seu trabalho pedagógico adeque-os ao seu contexto, à realidade dos alunos e aos objetivos de ensino elaborados. Torcemos para que este trabalho contribua para isso, auxiliando e esclarecendo um pouco sobre o assunto.

### **CAPÍTULO III**

#### **IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Para milhões de professores e alunos o livro didático constitui, basicamente, o instrumento de ensino-aprendizagem. Daí a necessidade do mesmo apresentar um referencial teórico e pedagógico que contemple dinâmicas metodológica eficazes e eficientes para os objetivos e desafios que o ensino exige. Entretanto, sendo o livro didático um dos veículos mais poderosos quanto à formação de uma identidade nacional e, portanto, expressar valores e idéias, esses, quase na sua totalidade expressam valores e idéias de pessoas e/ou grupos de poder. Assim, editoras, governos e empresários tem interesses bem definidos quanto ao que deve ou não conter nos livros didáticos; principalmente os de História e Geografia.

A partir dessas considerações, nos propomos a analisar como alguns livros didáticos de História do Ensino Fundamental constroem, e divulgam representações e imagens sobre o período da História da Europa Ocidental intitulado pela historiografia tradicional de Idade Média.

De inúmeros livros observados selecionamos três que julgamos suficientes para se obter uma noção de como os manuais didáticos apresentam o assunto: DREGUER e TOLEDO, História: Cotidiano e Mentalidades, editora Atual, 2000, PILETTI, História e Vida integrada, editora Ática, 2002, VICENTINO, Viver a história editora Scipione, 2002. O primeiro livro analisado é o segundo volume da obra de Dreguer e Toledo destinado ao estudo da 6ª série do ensino fundamental que organiza os conteúdos por temas divididos em quatro seções diferentes, numa divisão temática da História que quebra com a divisão

linear aditada pela maioria dos livros didáticos de história. Não é uma divisão linear, ao contrário de muitos outros livros, é temático. No primeiro capítulo intitulado **O Império Carolíngio** (p. 64. v 2), os autores mostram que “ O Império Romano do Ocidente, a partir dos séculos IV e V, foi aos poucos sendo invadidos pelos povos germânicos, o que trouxe importantes mudanças no modo de vida dos romanos” DREGUER e TOLEDO (2000:4.v.2).

Foram as invasões germânicas que provocaram mudanças no sistema de sociedade romano, que dividiram o território em vários reinos independentes, após a queda do imperador romano em 476 d.C. Dentre esses reinos destacou-se o dos francos, localizado nos atuais territórios da França e da Bélgica, que, sob o domínio de Clóvis unificador dos grupos em que os francos se dividiam, deu origem a uma nova dinastia controlando o poder político em todo o reino franco. A Igreja Católica aliou-se aos francos que se converteram ao cristianismo. Com essa ajuda, os francos conseguiram ampliar o seu território. Sob o governo de Carlos Magno (761-814), os francos alcançaram o apogeu e com um governo centralizado estenderam seu império por quase todo o Norte da Europa Ocidental, mantendo a aliança com a Igreja Católica. Em 800 d.C, Carlos Magno foi coroado imperador do Novo Império Romano no Ocidente pelo papa Leão III, numa tentativa de restaurar o antigo império romano. DREGUE & TOLEDO (2000: 7 v. 2).

Para muitos autores, a queda do império romano em 476 d.C marca o início da Idade Média, enquanto Dreguer & Toledo apresentam o Império Carolíngio, em seus aspectos políticos econômicos, sociais e culturais sem mencionar o termo Idade Média. Com isso, quebra a divisão tradicional da História em períodos lineares como estamos habituados a ver na maioria dos livros didáticos de História. Então, o que para FRANCO (1986), é a primeira Idade Média e Alta Idade Média, para Dreguer e Toledo é apenas o período de surgimento, de sustentação e fim do Império Carolíngio. Mesmo os autores

concordando no fato de que uma crise geral ocasionada pela descentralização do poder e pelas disputas internas no Estado Carolíngio que enfraqueceram, o poder político, e as invasões Vikings contribuíram para o fim do Império Carolíngio.

Em relação aos grupos sociais que formavam a sociedade do Império Carolíngio, Dreguer & Toledo destacam a existência de quatro grupos, mostrando aspectos da vida cotidiano dos francos. Os camponeses constituíam cerca de 80% população que formava o Império Carolíngio e trabalhavam todo ano em atividades agrícolas. Alguns eram proprietários de terra, outros eram fugitivos das cidades invadidas pelos germanos e passaram a trabalhar em grandes propriedades em troca de proteção. DREGUER & TOLEDO (2000: 8. v. 2). Ao falar dos grupos sociais, os autores mostram inicialmente a camada mais pobre da população (os camponeses) o que demonstra a preocupação em fazer uma história marcada não apenas por “heróis” e fazem uma obra de acordo com a História Nova.

Os nobres eram grandes proprietários de terras trabalhadas pelos camponeses. Dedicavam-se a atividades como a guerra e ao treinamento militar. Eram guerreiros e administradores das províncias do império. Os imperadores eram chefes políticos, militares e exerciam também a liderança religiosa, pois eram coroados pelo papa e participavam das definições das diretrizes religiosas. Ao tratar sobre a nobreza, Dreguer & Toledo, não os enaltece como temos em outros livros didáticos de História.

A igreja católica, fortemente hierárquizada era formada pelos monges e abades que eram escolhidos pelo imperador e não tinham contato com a população; e pelos padres que assistiam aos fieis diretamente - esse era o baixo clero. Acima deles estavam, bispos, arcebispos, o papa que compunham o Alto Clero e participavam de atividades políticas, administrativas e religiosas. Os autores exploram o autoritarismo da Igreja Católica, suas regras e poder na Idade Média de forma crítica. Também destacam outros personagens

como artesãos, caixeiros viajantes e outros moradores das cidades do império que compravam e vendiam produtos do oriente trazido a Europa; mostra-os como sujeitos históricos componentes de grupos sociais com importância dentro da constituição social.

Ao apresentar os grupos sociais, os autores iniciam falando dos camponeses destacando a alimentação, a moradia, o trabalho diário, as festas e comemorações religiosas mostrando uma preocupação com a História do povo, da população mais simples, ligada a aspectos culturais, às cenas cotidianas dentro da perspectiva da História Nova. Exploram de forma problematizadora a vida cotidiana dos nobres, as vestimentas, os hábitos e alimentação, destacando as especificidades entre os modos de vida dos vários grupos sociais que compunham a Idade Média.

*“Os camponeses dormiam diretamente no chão de terra batida do único cômodo de suas cabanas de madeira e barro. De manhã bem cedo, todos já estavam de pé e depois de uma rápida toalete vestiam uma roupa simples adequada ao trabalho no campo ... Os nobres que viviam em torno do imperador costumavam acordar cedo. Faziam uma rápida toalete e vestiam uma camisa e uma ceroula de linho, por cima das quais era colocada uma túnica, o imperador usava essa mesma vestimenta, acrescida do famoso manto azul. Após o desjejum, o imperador e os aristocratas dirigiram-se à capela do palácio, onde assistiam à missa.” DREGUER & TOLEDO. (2000: 13-14 v. 02)*

Dentre as ótimas imagens apresentadas pelos autores neste capítulo, destacamos uma capela construída na corte de Carlos Magno, em 798 mostrando a opulência da Igreja



Católica, a importância e a influência que a instituição teve no Império Carolíngio legitimando o poder imperial o conferido sacralidade.

A imagem reflete também o autoritarismo da Instituição que gozava de muitos privilégios como a posse de terras, a participação nas decisões políticas e muita riqueza.



Capela no Palácio Imperial corte de Carlos Magno.  
Construção de Eginardo 798. d.C

DREGUER & TOLEDO, (2000:  
14. v. 2)

No Capítulo II intitulado **A Europa dos Séculos X e XII** (p. 18) Dreguer & Toledo mostram que, a partir do século IX, há uma progressiva descentralização do poder, que passou a ser exercido pelos nobres locais, apesar das tentativas de centralização por parte dos reis carolíngios. Essa descentralização estava ligada ao fato de os governantes germânicos habitarem o campo com isso as cidades deixarem de ser o principal centro de convivência, servindo apenas como centros religiosos. O modo de vida rural foi reforçado com a arrendação dos pequenos proprietários aos nobres, pois estavam em busca de proteção, pelo fato das guerras serem constantes. O que para a historiografia tradicional é o

feudalismo. Com essa descentralização, o território da Europa Ocidental foi fragmentado e o poder passou a ser exercido pelos grandes proprietários rurais. Os autores destacam que essas mudanças políticas foram acompanhadas por mudanças nas relações de trabalho, moradia, nos costumes e nas artes; com isso abrem espaço para outras discussões sobre o tema, abordando aspectos cotidianos dos povos e mostrando as relações sociais.

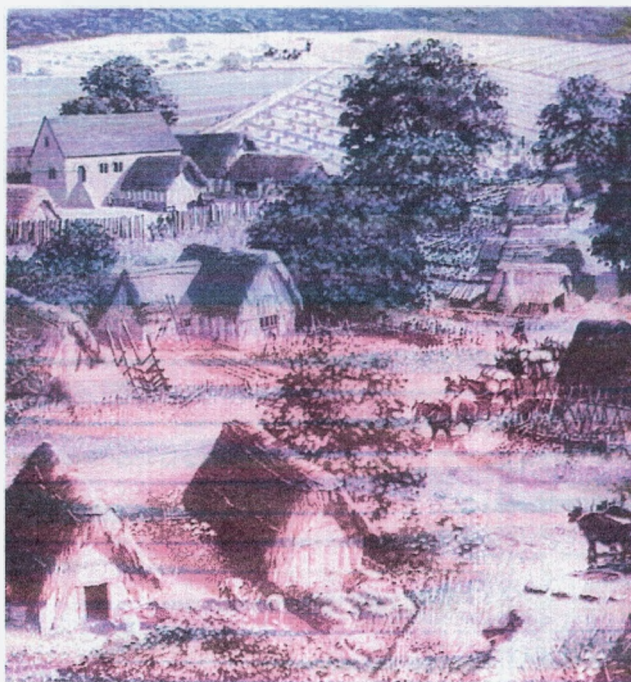
Escrevendo sobre os personagens do período, Dreguer e Toledo mostram quatro grupos sociais distintos: os cavaleiros, e os nobres que eram responsáveis pela defesa do território e tinham uma rotina marcada por exercícios físicos, treinamento militar e administravam suas terras chamadas de feudos; os que oravam, compondo o clero, responsável pela que, mantinha forte poder no Ocidente Medieval influenciando as decisões administrativas e também o modo de vida das pessoas. Os autores mostram que a religião, através da Igreja Católica, foi muito importante no período, discutem o conceito em atividades propostas e destacam enfaticamente o papel da Igreja Católica enquanto detentora de terra e de poder como uma instituição hierarquizada e presente em todas as esferas da vida dos europeus ocidentais do período estudado; os que trabalhavam compunham o terceiro grupo que era maioria e fazia todo o serviço pesado. A maior parte era pobre e vivia sob dura rotina de trabalho e difíceis condições de vida. A desses, boa parte vivia sob o regime de servidão - outro conceito bem discutido no capítulo - uma relação de trabalho em que estavam sujeitos ao senhor feudal, podendo ser trocado ou vendido, embora tivesse o direito de permanecer na terra e usufruir dela; o último grupo era o dos marginalizados, leprosos, mendigos, que viviam perambulando pelas cidades e os campos excluídos da sociedade medieval. DREGUER & TOLEDO, (2000: 20-22. v. 2 ).

Os autores destacam ainda a terra como sinônimo de poder político; a religião como alicerce da sociedade medieval com participação política, com o estabelecimento de regras de conduta, como a definição da mulher enquanto dona-de-casa e da família – numa clara

separação dos sexos e como responsável pela criação de uma forma de ver o mundo, de explicar tudo que acontecia no mundo através do aspecto religioso no que os autores chamam de mentalidade medieval e fazem uma crítica à historiografia tradicional que, numa visão europocêntrica da história dividem-na em cinco períodos (com a Idade Média começando no ano de 476 d.C de terminando em 1453 d.C), privilegiando a história dos europeus e negligenciando a história dos outros povos.

No tocante ao cotidiano das pessoas na Europa Medieval, os autores destacam a vida nos castelos cercado por altas muralhas feitas de pedras e um fosso ao redor que tinham por finalidade garantir a segurança dos moradores, a vida dos nobres dedicada aos torneios, jogos, caçadas e à administração; a dos empregados dos castelos que eram responsáveis pela alimentação, vestimenta, limpeza dos nobres. Destacam as imensas catedrais medievais, com vitrais coloridos, onde todos se encontravam em missas, festas religiosas, batismos, enterros, entre outros rituais. E por último mostram a vida dos camponeses que viviam em cabanas, desprovidos de conforto, com comida minguado e uma dura rotina anual de trabalho. DREGUER & TOLEDO, (2000: 30. v. 2)

Neste capítulo selecionamos uma imagem que nos chamou a atenção por suas características. É um desenho de Graham Humphrey mostrando a moradia de camponeses europeus da Idade Média. São cabanas pequenas, rústicas cobertas com palhas com um compartimento externo ligado às cabanas onde eram guardados o animais domésticos. O desenho, uma reconstituição feita a partir de fontes, mostra o desinteresse em se conservar vestígios arquitetônicos dos camponeses. Os autores, com a apresentação dessa imagem, demonstram o interesse em apresentar sujeitos históricos que a historiografia tradicional ignora, mostrando o comprometimento em fazer uma história Nova que resgata as camadas populares e se preocupa em mostrar o cotidiano de todos aqueles que fazem a história.



Tipo de Aldeia Medieval com moradia camponesa. DREGUER E TOLEDO (2000: p. 30, v. 2)

Em relação às atividades propostas, os autores procuram refletir conceitos como o de religião que foi bastante explorado durante o capítulo o que é fundamental para a compreensão do texto. Trazem textos e questões que apontam para uma compreensão do tema e não apenas à repetição o mesmo. A exemplo das imagens por nós comentadas que buscam facilitar à compreensão dos conteúdos destacando interesse em fazer uma História Nova, com ênfase à culturas e relações sociais do medievo.

A apresentação do livro é feita pelos próprios autores, que demonstram a preocupação em mostrar as especificidades culturais existentes entre as sociedades. A história temática que apresentam é ampla e com textos críticos quebrando a linearidade que torna a leitura seqüencial, fragmentada e fatigante, com uma sucessão de datas. O manual do professor é bem elaborado, com orientações claras, excelentes sugestões de atividades e indicações bibliográficas com textos complementares de autores filiados à nova história que auxiliam o trabalho do professor na busca por uma melhor compreensão dos fatos históricos e com coerência entre as fontes bibliográficas e o texto do livro; os mapas e os

fragmentos de documentos históricos apresentados ao longo dos conteúdos, permitem que o professor diversifique seus conteúdos e suas aulas.

É uma obra que mostra-nos uma visão da Europa Ocidental no período medieval, diferente da proposta tradicional, sem destaque para heróis e/ou feitos maravilhosos; voltada para aspectos corriqueiros e simples da vida cotidiana de nobres e camponeses; mostrando que todos nós somos sujeitos históricos. Permite que os pesquisadores e os alunos para observem aspectos esquecidos da nossa história chamando atenção para todos os modos de vida, da cultura e da sociedade, despertando o respeito pelas diferenças. E mostra a História como um caminho para compreender o mundo em que vivemos que é produto da ação de todos nós, e que através desse conhecimento podemos exercer melhor participação social.

No segundo livro analisado os autores Nelson e Claudino Piletti publicam em 2002 uma proposta de história integrada pela editora Ática para o Ensino Fundamental, composta de quatro volumes, dos quais analisaremos o volume destinado ao estudo da sexta série, buscando imagens e representações, discursos e informações elaboradas sobre a Idade Média. Tomamos para análise os quatro capítulos iniciais. O primeiro, **O feudalismo na Europa** (p. 9. v. 2), traz uma apresentação destacando como imagens medievais as histórias dos cavaleiros, das princesas, os castelos e mostra que a Idade Média durou mil anos começando com a queda do Império Romano e as invasões germânicas e terminando com a tomada de Constantinopla pelos turcos o que demonstra a opção por uma história tradicional, positivista. Apresenta uma sociedade medieval fortemente hierarquizada, marcada pela fé em Deus e pelo controle da Igreja Católica e mostra também que o termo Idade das Trevas atribuído ao período é obra dos renascentistas por considerarem que o misticismo religioso soterrou o que a antiguidade

clássica havia construído de conhecimento, mas não se posicionam criticamente sobre essas representações e mostram como única verdade histórica.

Os autores mostram que a queda do Império Romano, ocasionada pelas invasões de povos de origem germânica, que tornaram os saques constantes provocou a divisão do território da Europa Ocidental e fez com que as famílias procurassem o campo para viver dando início ao processo de ruralização. Apontam os germanos como responsáveis pelo fim de uma civilização brilhante e o início de um modo de vida rural, acompanhado de um poder fragmentado e de forte religiosidade. É como se os povos tivessem retrocedido no tempo.

*“O feudo era a unidade de produção de mundo medieval e onde acontecia a maior parte das relações sociais”* (p. 11. v. 2). Ou seja, o feudo foi, durante dez séculos a principal forma de sobrevivência e de manutenção das relações sociais como a de suserano e vassalo, conceitos que são colocados, mas não são explicados. Percebe-se que os autores apresentam os fatos históricos de forma superficial sem problematização, sem fazer crítica e não discutindo questões como as relações sociais do período em estudo.

Em relação à sociedade; esta estava dividida em três ordens: a do clero, que cuidava da espiritualidade de todos; a dos guerreiros responsáveis pela segurança; a dos servos que executavam o trabalho nos feudos. A sociedade é apresentada de forma simplista; os conceitos não são explicados e a forma de organização social não é discutida, comentada; não há uma abordagem dos aspectos culturais, dos modos de vida das pessoas e nem de aspectos sociais que mereciam destaque e não receberam como as relações entre as classes sociais que formavam a sociedade do período em estudo. O capítulo é uma apresentação mal feita do que os autores tentam mostrar sobre o medieval, sobre o feudalismo.

No tocante as imagens, destacamos nesse capítulo uma miniatura do século XIII apresentando o juramento no qual o vassalo declara submissão ao suserano, numa

demonstração de subserviência, de servidão. Como toda imagem é colocada com um objetivo específico, com esta, imagem os autores legitimam as relações de poder mostrando que o mundo é formado pelos que mandam e aqueles que são obrigados a obedecer.



Juramento no qual o Vassalo declara servidão ao suserano.

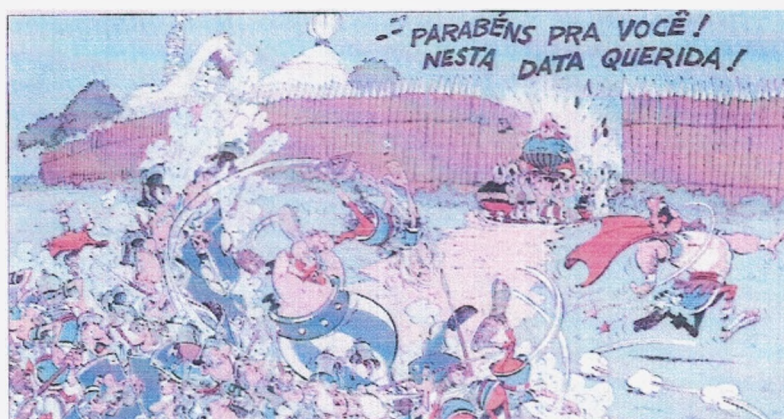
PILETTI (2002: p. 12. v. 2)

Não há no texto de Piletti, referências aos costumes, às mentalidades, às camadas pobres da sociedade do período; como também as imagens não fazem nenhuma referência a esses aspectos. É como se esse aspectos e esses sujeitos sociais não fizessem parte da História, pois o modelo de história de Piletti privilegia as relações de poder, os “heróis”, os nobres do período estudado.

No capítulo **O Império Carolíngio** (p. 19. v. 2), os autores destacam enfaticamente a figura de Carlos Magno responsável por conquistas militares e pela organização administrativa implantada nos territórios dominados. É como se o Império Carolíngio fosse obra de um único homem, herói e guerreiro que tentou reedificar o Império Romano no Ocidente. Não mostram no capítulo nenhuma referência a outros sujeitos históricos, destacando apenas a figura do imperador, fazendo uma história tradicional que procura sempre exaltar heróis. A ausência de aspectos culturais e sociais nas narrativas é gritante e

não se menciona classes sociais como o clero, os camponeses ou nobres que foram importantíssimos na construção do Império Carolíngio. Os fatos históricos - os poucos apresentados são colocados de superficial sem discussão, com pouca argumentação.

Como imagem desse capítulo, destacamos uma gravura retirada das histórias em quadrinhos de Asterix e Obelix, imagem que tenta mostrar a luta entre os romanos e a Gália (atual França). É uma imagem que não remete a compreensão do assunto, não tem relação com o texto e serve apenas para ilustrar a página. É uma caricatura mal feita da história.



PILETTI, (2002: p.19. v. 2)

Os autores dedicam mais dois capítulos ao estudo da Idade Média, intitulados **O poder da Igreja Católica no Mundo Medieval** e o outro com o título **A Cultura européia medieval** (p. 27-36. v. 2). Em relação à Igreja Católica, os autores mostram que esta se consolida graças à conversão dos povos germânicos ao catolicismo. A instituição foi responsável pela unidade política, e cultural indo além da esfera religiosa. Destacam que a Igreja foi a Instituição mais poderosa da Idade Média controlando o poder espiritual e material; mantendo a ordem social; combatendo as heresias - ato de se opor aos dogmas da Igreja – através do Tribunal da Inquisição.



Os autores não se posicionam de forma crítica ao falar do poder da Igreja Católica no medievo, apenas apresentam os fatos de forma superficial sem problematização.

No último capítulo analisado e referente à cultura, os autores dedicam apenas quatro páginas para mostrar uma cultura marcada por diferentes aspectos e construída ao longo de um período de mais de mil anos. Mostram-nos que a expansão da Igreja Católica provocou uma transformação radical na vida cultural dos povos europeus. Os centros religiosos tomaram-se os principais centros de produção cultural; o conhecimento era voltado exclusivamente para temas religiosos tendo como objetivo provar a existência de Deus e da Alma.

Há nesses dois últimos capítulos um destaque muito grande ao poder da Igreja Católica como a grande senhora feudal, e a maior instituição da Idade Média, responsável pela unidade espiritual e política e pela produção cultural do período. As imagens mostram todo esse poder, exaltando a Igreja Católica, mostrando e legitimando a posição que a instituição assumiu no medievo. Os autores usam as imagens como forma de legitimar as relações de poder privilegiando as classes mais influentes na sociedade e esquecendo que houve outras instituições na Europa Medieval, que embora tenha existido, diante da predominância da Igreja católica, houve outras produções culturais, outras formas de conhecimento como também outros sujeitos sociais que foram importantes dentro do processo histórico. As imagens denotam esse poder e ilustram a imponência da instituição como as imagens da catedral de Worms, na atual Alemanha; o quadro “A igreja e o Estado” de Andréa de Firenze que segundo os autores ilustra politicamente o mundo medieval. A imagem destaca ao centro o papa e o Imperador cercados por nobres, pessoas do clero e os camponeses. É uma imagem que mostra e legitima uma sociedade medieval controlada pela Igreja e pelo Estado comandando os seus servos; privilegia as relações de poder enfatizando a servidão, a obediência às instituições poderosas do período sem

posicionamento crítico, sem problematização e o não destacando sujeitos históricos como os camponeses, as mulheres, as classes mais simples da população.

Catedral de Worms, na Atual Alemanha. A imagem demonstra e legitima o poder da Igreja no mundo Medieval



Quadro A Igreja e o Estado, Andréa de Firenze

PILETTI, (2002: p. 27, 35 v. 2)

Piletti não apresenta a opção metodológica que oriente o seu livro, recurso que é importante pois, mostra os procedimentos científicos do trabalho; os conteúdos e os fatos históricos são apresentados de maneira fria sem fazer a problematização, a reflexão e o levantamento de discussões. Os autores informam fontes no final do livro, mas não há nos conteúdos traços metodológicos das fontes citadas. O mesmo acontece com as imagens apresentadas, pois a maioria deles não está de acordo com os objetivos e os conteúdos tampouco permitem a reflexão e a problematização que possam alargar a compreensão do tema.

Quanto ao manual do professor, não apresenta orientações teóricas, textos complementares e bibliografia auxiliar com informações que possam contribuir para o trabalho docente e para a formação do professor.

Em relação às atividades propostas estas não apresentam integração com o conteúdo, com isso não facilitam na compreensão do assunto e não ajudam a desenvolver habilidades como observação, reflexão, questionamento, curiosidade e discussão. É lamentável que professores façam desse material seu único instrumento de trabalho que de importante apresenta apenas pequenos textos no final de cada capítulo nos quais discute

problemas atuais como o preconceito e a intolerância religiosa; outros textos de autores que viveram o período estudado que mostram uma rápida versão daqueles que presenciaram o momento histórico.

O terceiro livro analisado é o de Cláudio Vicentino intitulado: “Viver a História”, destinado ao estudo da 6ª série do Ensino Fundamental II que, seguindo uma corrente histórica tradicional marcada pela predominância de aspectos políticos com traços de uma história economista, organizou os conteúdos de forma linear; apresentando uma história marcada por grandes impérios e por classe dominantes, mostrando o poder e a ação desses como se fossem os únicos sujeitos históricos.

Especificamente quanto à Idade Média, o autor dedica quatro capítulos precedidos de uma introdução que procura mostrar o preconceito existente em torno do termo Idade Média; discute os marcos cronológicos do período afirmando que é difícil defini-los com exatidão; enfatiza que a Idade Média é um período diferente dos demais, marcado por uma forma de organização política, econômica e cultural que o autor intitula de feudalismo e que iniciou-se com as invasões “bárbaras” ao Império Romano. Ele adota o termo bárbaro colocando-o entre aspas, demonstrando assim o preconceito existente em torno dos povos germanos que habitavam às regiões vizinhas ao Império Romano e tinham costumes e uma organização política, econômica e cultural diferente dos romanos. VICENTINO (2002:18.v. 2).

**Em Europa: as invasões bárbaras e o surgimento do feudalismo** (p. 44 v. 2). Vicentino mostra que os bárbaros destruíram o Império Romano, o qual era governado com “mão-de-ferro” e transformaram-no em uma “colcha de retalhos” divididos em reinos independentes. “O que era um vasto território dominado com “mão-de-ferro” pela figura de Imperador passou então, por ações desse novos povos a se construir como imensa “colcha de retalhos”, composta por uma série de novos reinos”VICENTINO(2002: 55.v.2).

Essa posição transmite a idéia de que os germanos destruíram uma bela cultura e um Império Magnífico com poder centralizado, exército forte, um sistema administrativo bem organizado e trouxesse o atraso, a ruralização, compartilhando com o pensamento da historiografia tradicional que atribui aos “bárbaros” o fim de uma época clássica e o início de um período de trevas, de retrocesso, do retorno à ruralização.

Para Vicentino, a Idade Média inicia-se no século V e vai ao século XIV, dividida em dois períodos de acordo com um paradigma historiográfico ultrapassado que ele adota. A Alta Idade Média e a Baixa Idade Média. A Alta Idade Média foi o período seguinte ao fim do Império Romano, tendo como maior representação o reino dos francos que, para ele, foi organizado com base na estrutura administrativa romana, nas leis e nas instituições. A esses elementos acrescentavam a concepção de reino como propriedade do monarca e os laços de lealdade como a relação entre suseranos e vassalos: Tais conceitos e as referidas relações são apresentadas em um texto complementar no meio do capítulo, mas sem questionamento sem problematização. Para o autor o Império Carolíngio só se constituiu e foi notável à medida que conservou algumas características romanas.

Há um destaque à figura de Carlos Magno e a sua atuação como Imperador do reino franco entre 771 e 814 marcado pela implantação de um sistema administrativo mais eficiente que o dos reis anteriores (p. 57. v. 2). Conseguindo entender as fronteiras do reino e levando-o ao apogeu. Destaca-se a figura do Imperador como principal sujeito fazendo uma história marcado por heróis, por grandes homens.

Vicentino não mostra os elementos culturais e sociais que marcaram o período; faz uma história com destaque aqueles que detinham o poder e não coloca como autores históricos as classes mais simples da população como camponeses, trabalhadores, mulheres que tinham participação na construção do processo histórico.

Quantos às imagens destacamos a figura que mostra o Imperador Carlos Magno destacando seus feitos, sua valentia legitimando as relações de poder de forma passiva sem questionamento, sem crítica e com nenhum espaço para reflexão do contexto histórico.



Carlos Magno, retrato do Imperador feito por Albrecht Durer (1471-1528)

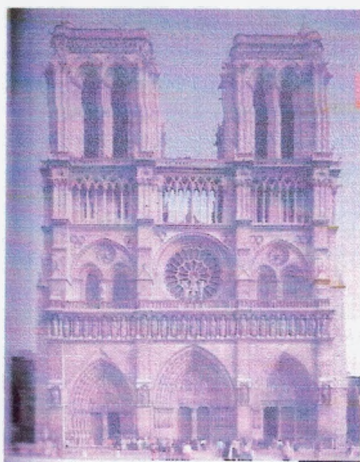
VICENTINO (2002: 57. v 2)

No Capítulo **Igreja e Poder na Idade Média**, (p. 70. v. 2) Vicentino destaca a atuação da mesma no mundo medieval apontando que a conversão de Constantino (Imperador Romano no final do século IV) ao cristianismo e a liberação do culto aos cristãos contribuíram para a difusão da religião na Europa Ocidental ganhando força com a união dos nobres Carolíngios quando obtiveram terras e poder político. A forte religiosidade, característica marcante da cultura medieval, confere ao clero assumir papel importante influenciando nas decisões políticas e administrativas de muitos reinos. Marcados por forte hierarquização, chefiado pelo papa, com monges, bispos, padres assumiam desde funções administrativas a obrigações religiosas. Unida aos reis e nobres, a Igreja tornou-se dona de terras, estabeleceu-se como a instituição mais poderosa do

período perseguindo pessoas que praticassem culto ou vida religiosa diferentes das suas – os hereges, tendo o direito de condenar homens e mulheres à morte na fogueira. VICENTINO (2002: 81.v.2).

O autor simplesmente aponta a Igreja Católica como a instituição mais poderosa da Idade Média, mas não de maneira crítica destacando o processo que a conduziu a este posto, as relações de poder envolvendo as outras instituições e o povo. Mostrando que a Igreja Católica foi a responsável pelo monopólio cultural, pela forma de pensar no período medieval e pela produção do conhecimento sem problematização, sem posicionamento crítico. Não explicita e nem discute o conceito de religião e ora mostra a Igreja como vilã, ora como a grande poderosa e às vezes como magnífica por manter a unidade em um período de instabilidade social dificultando, dessa forma a compreensão do texto.

Vemos um reflexo disso nas imagens em que o autor apresenta cerca de trinta imagens religiosas sendo dez catedrais como a de Notre Dame em Paris que mostra a opulência e o poder da Igreja que reforça visualmente o que foi falado no texto.



Catedral de Notre Dame

VICENTINO (2002: 109. v 2)

Para o autor, a Idade Média chega ao fim a partir de mudanças na vida econômica e social da Europa Ocidental como a expansão territorial, as trocas comerciais, a formação de Estados poderosos e o surgimento da classe burguesa VICENTINO, (2002: 88.v.2), que

conferiu maior estabilidade social e um crescimento da população. As cruzadas foram um exemplo desse movimento expansionista em busca de novos horizontes num empreendimento envolvendo Igreja e reis que resultou na reestruturação do comércio e de um novo mundo europeu unindo feudos, vilarejos e pequenas cidades. São mudanças significativas como: o ressurgimento de uma atividade comercial mais intensa entre Oriente e Ocidente; a abertura da parte oriental do Mediterrâneo; o surgimento de atividades bancárias; a importância readquirida pelas cidades enquanto centro comercial e a autonomia em relação aos feudos. Mudanças que refletiram na cultura européia medieval em que a educação deixou de ser restrita aos membros da Igreja surgindo as primeiras universidades e dando maior atenção aos problemas do mundo em detrimento à religião.

Para o autor, a Idade Média começa com as invasões bárbaras e termina com a crise do século IV, quando a peste negra provocou alta mortalidade, as viagens marítimas tornaram comércio mais intenso e as ciências, a arte e a técnica também mudaram para atender as novas necessidades. VICENTINO (2002: 111.v.2).

O autor apresenta imagens estereotipadas da Idade Média como a forte religiosidade o modo de vida rural, a ausência da atividade comercial e a perda de importância das cidades enquanto centro comercial e de convívio; faz de forma superficial, sem discussão e sem apresentação da história enquanto um processo longo marcado não por transformações, mas por mudanças lentas e graduais que deixam traços ao longo dos tempos.

Como o autor simplesmente não apresenta aspectos da cultura popular, do cotidiano e da mentalidade dos pobres do medievo e tampouco aspectos da vida social, as imagens sobre esses temas são raríssimas com destaque para uma gravura do século XV (Biblioteca Nacional de Paris), mostrando o trabalho no feudo e uma ilustração do século XII

mostrando um banquete medieval dos nobres, pois os personagens vestem roupas luxuosas, túnicas e são servidos por empregados com aparência asseada.

Um banquete medieval;  
Ilustração do  
Século XII



Gravura que  
mostra servo  
arando a terra.  
(Biblioteca  
Nacional)

VICENTINO (2002: 62-63. v. 2)

À esquerda destaque a vida cotidiana dos nobres em banquete medieval; à direita uma pequena alusão ao camponês que mostra brevemente a dura rotina de trabalho em que viviam. São imagens - a maior parte com referencia e breve comentário - que expressam as relações de poder, autoridade e submissão, legitimado uma história de heróis, tradicional, positivista.

Em meio a um texto truncado destacamos a presença de textos complementares muitos bons com noticiais de jornais atuais fazendo uma ponte com a história da atualidade dos alunos, e outros textos com opiniões de outros autores sobre o assunto, mas que para serem bem compreendidos é necessário que o professor esteja atento a todos os detalhes e conheça bem o texto histórico para evitar equívoco durante a aula; traz sugestões de filmes e de livros para complemento do estudo.

Em contrapartida as atividades não são integradas ao conteúdo o que dificulta a construção de habilidades como a capacidade de síntese, a discussão, a apreensão e interpretação do conteúdo.



Sobre o Manual do Professor, este é apresentado de forma bem organizada, mas até que os professores consigam por em prática as orientações haverá um distanciamento, pois, diferem totalmente do que está exposto no texto destinado aos alunos. Há uma notável incoerência entre ambos. O mesmo acontecendo com a pequena bibliografia apresentada no final do livro, um recurso que deveria ajudar na informação e no trabalho decente, e não o faz.

Diante do trabalho realizado sentimos o quanto os professores devem se esforçar para realizar um bom trabalho e principalmente buscar novas fontes de pesquisa para o seu trabalho, pois é preocupante a falta de qualidade da maior parte dos livros didáticos de História que estão dentro de um modelo historiográfico ultrapassado e distante das novas metodologias de história como a História Nova, pois não acompanham as novas perspectivas históricas produzidas na academia. Fazem uma história marcada por aspectos políticos e com traços economicistas destacando heróis e personagens importantes. E não mostram os sujeitos históricos das classes populares como os camponeses como também não apresentam aspectos culturais e das mentalidades dos povos em estudo.

E também apresentam elementos estruturais com pouca qualidade como o Manual do professor e as atividades propostas que têm pouca ou nenhuma relação com o conteúdo o que possa contribuir para a compreensão do texto e que ajude, oriente o trabalho docente este material que tem papel principal dentre os recursos didáticos utilizados pelos professores brasileiros que precisam estar preparados para escolher bem esses manuais – e a maioria não está preocupada em se preparar buscando novos cursos, novos trabalhos na área. Por isso a importância de se fazer um trabalho como este.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito numa história engajada que ultrapasse as discussões feitas em teses, dissertações e trabalhos que, na maioria das vezes, permanecem engavetadas. Defendo uma produção historiográfica que tenha uma aplicação prática, ajudando a refletir e explicar os diferentes processos históricos construídos ao longo do tempo e permitindo uma melhor compreensão da realidade, contribuindo para a construção de um mundo menos injusto e com menos exclusão social, mais participação popular, com uma sociedade mais digna.

Ao longo dessa monografia procurarei apresentar vários preconceitos em torno do período da História da Europa Ocidental chamada de Idade Média, colocado por muitos autores, como Idade das Trevas, Idade do Terror. Imagens de cavaleiros, nobres, guerreiros, estigmatizadas pela falta de higiene e de conhecimento racional, como mostradas em filmes como *O Nome da Rosa*, de JJ. Annaud (1986), *O Incrível Exército de Brancaleone*, de Mário Monicelli, (1965), *Hobin Hood*, *O príncipe dos ladrões*, de K Reynolds, (1991), nas histórias de bruxas e princesas como *Branca de Neve e os Setes Anões* e *Rapunzel*. Imagens que são divulgadas livremente sem questionamento e problematização; principalmente em manuais didáticos trabalhados pelos professores de nossa rede de ensino, diariamente nas nossas escolas.

A partir dessa posição busquei problematizar, a partir de várias versões de medievalistas da academia que pesquisa e escreveram sobre o assunto, os preconceitos em torno do termo Idade Média. A partir das novas metodologias da História como a História Cultural, especificamente as representações sobre o medievo.

Procurei, com base no referencial teórico escolhido, analisar e avaliar a qualidade dos livros didáticos de História que são utilizados diariamente pelos professores da rede de

ensino do Brasil, pensando em contribuir na escolha e seleção desse instrumento de divulgação do saber historiográfico.

Finalmente analisamos as representações sobre o medievo nos livros didáticos de história do Ensino Fundamental, refletindo sobre os conceitos, imagens e forma como os manuais abordam o tema Idade Média. Esperamos que esse trabalho contribua para o curso de História da UFCG e para aqueles que se preocupam com a qualidade do trabalho docente, com um dos maiores (e muitas vezes o único) instrumentos de trabalho do professor.

Os livros didáticos de História têm um papel importantíssimo na divulgação dos conhecimentos históricos, pois são as fontes de informação mais lidos e mais acessíveis, tendo em vista de, nas últimas décadas, o governo ter distribuído gratuitamente livros didáticos para as escolas públicas do país. Apesar disso, os livros didáticos de História ainda não assumiram o papel importante como fonte de pesquisa histórica e como portadores de conhecimento histórico que deveriam ter. Mesmo com as crescentes produções críticas sobre o mesmo, ainda é pequeno o espaço para discussões, novas hipóteses e novas problematizações sobre o mesmo; principalmente porque a historiografia tradicional, ainda resiste a muitos aspectos que a Nova História problematiza como fonte de pesquisa. Com a crescente produção de novos paradigmas históricos como a História Nova a academia tem ampliado as possibilidades de pesquisa na variedade sócio-cultural das populações. Com isso os livros didáticos de História ganham destaque como fonte de estudo para novos historiadores que discutem desde relações de gêneros a temas tradicionais como a Idade Média, que é a fonte de pesquisa nesse trabalho, enriquecendo os manuais didáticos.

Por isso a importância desse trabalho, que privilegia uma nova fonte de pesquisa histórica, alargando o campo discursivo da disciplina buscando destacar aspectos que por

longo tempo estiveram alijadas pela historiografia tradicional, a exemplo das camadas consideradas inferiores da sociedade; de elementos da cultura das pessoas; de questões ligadas ao cotidiano e às mentalidades, que se torna mais relevante por analisar e avaliar a qualidade dos livros didáticos de História buscando refletir sobre um dos instrumentos de trabalho docente mais utilizado pelos professores e que merece cuidado seletivo, pois a maioria dos docentes não está preparada para escolher e avaliar os manuais didáticos, trabalhando com materiais bastante deficientes e que apresentam versões deturpadas dos fatos históricos. Dessa forma esta pesquisa tem a intenção de contribuir também para o trabalho docente.

Por último destacamos um período histórico maravilhoso marcado pela diversidade cultural, o poder da religião em um mundo fragmentado, a fé e as inúmeras histórias que produziu e que é o berço do mundo moderno, mas que é colocado muitas vezes de forma pejorativa, vítima de preconceito. Trabalho uma Idade Média como período basilar para as instituições modernas, rico em cultura, saberes, costumes e imaginários. Uma Idade Média cuja diversidade continua a esperar pelo reconhecimento historiográfico que merece.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUMONT, Jacques. **A parte e o todo**. In: A imagem. São Paulo. Ed. Papiros, 1993. pág. 75-105.

BEUJOUAN, Guy. **O problema do início medieval**. In. Origens da Idade Média. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. pág. 16-47.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **O processo de avaliação de livros didáticos - História**. In: Anais do XX simpósio da Associação Nacional de História - ANPUH - História: **Fronteiras**. VI. Florianópolis SC, 1999. pág. 195-202.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado. São Paulo. FEL/CH/USP, 1993.

CHARTIER, Roger. **Por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: A história cultural: entre práticas e representações. São Paulo, Difel, 1990.

DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. **Contato entre civilizações: do século V ao XVI**. História: Cotidianos e mentalidades. São Paulo, Atual, 2000. pág. 04-37.

DUBY, Georges, (org). **História da vida privada da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo, CIA das letras, 1990.

FERNANDES, Raul César Gouveia. **Reflexões sobre o Estudo da Idade Média**. FFLCHUSP 2001.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **O Livro didático de História: Lugar de memória e formador de Identidades.** In. Anais do XX simpósio da Associação Nacional de História - ANPUH - História: Fronteiras. VI. Florianópolis SC, 1999. pág. 195-202.

FRANCO, Hilário Jr. **O preconceito de Idade Média:** In Idade Média: O nascimento do ocidente. São Paulo. Brasiliense, 1986. pág. 17-35.

GATTI, Dércio. **Um itinerário de desigualdades: Livros didáticos de história e massificação do ensino na escola brasileira (1960-1990).** In Anais do XX simpósio da Associação Nacional de História - ANPUH - História: Fronteiras. VI. Florianópolis SC, 1999. pág. 213-234.

LE GOFF, Jaques. **Por uma longa Idade Média.** In: A civilização do Ocidente Medieval. São Paulo: Editorial Estampa, 1984. pág. 35-41.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar.** In. História e História Cultural. Belo Horizonte. Autêntica, 2003. pág 40-63.

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História e vida integrada.** São Paulo. Ática, 2002. pág 9-36.

PIRENNI, Henri, **História econômica e social da Idade Média.** São Paulo, Mestre Jou, 1969. pág 6-20.

VICENTINO, Cláudio. **Viver a História Ensino Fundamental.** São Paulo: Scipione, 2002. pág 44-114.